

'População perplexa'

É a seguinte a íntegra do documento do PMDB:

"O PMDB, consciente de suas graves responsabilidades históricas, tem o dever de pronunciar-se a respeito dos acontecimentos da última semana. E se o partido não compactua com os excessos cometidos, cujas responsabilidades devem ser apuradas, reconhece, por outro lado, que as recentes medidas do governo provocaram grande perplexidade na população. E provocaram, sobretudo, porque foram apresentadas como medidas isoladas, deslocadas do contexto mais amplo em que se inserem a questão crucial das dívidas externa e interna do País e de suas influências no crescimento econômico e no aumento do emprego e da massa salarial do nosso trabalhador.

É fundamental distinguir, assim, no episódio, esse sentimento popular de perplexidade, da reticência empreendida pelos empedernidos adversários da democracia de explorar o episódio como forma de anular a inequívoca manifestação de 15 de novembro, que deu extensa e consagradora vitória às forças democráticas e populares. Quando o País se prepara, simultaneamente, para encerrar o ciclo autoritário e poder enfrentar a questão da dívida externa, a campanha contra o PMDB e o governo serve aos que temem a democracia e as mudanças sociais em curso. Querem bloquear uma Assembleia Nacional Constituinte inspirada pela evolução e pela mudança, que alavanque os urgentes imperativos da justiça social.

Nosso país é o único que transitou, sem traumas, do regime autoritário para a democracia. A anistia, a campanha das diretas-já, a eleição de Tancredo Neves, o voto do analfabeto, a consolidação do governo José Sarney são etapas numa longa luta em que foi posta à prova a nossa capacidade de convivência política. As eleições de 15 de novembro foram a confirmação definitiva da grande capacidade de compreensão e confiança no exercício democrático do nosso povo, desmentindo a crença dos que o qualificam como incapaz para escolher seus objetivos e caminhos.

A consolidação democrática é alternativa aceitável para aqueles que não querem o País sair da tutela dos interesses que o levaram, nos governos anteriores, ao impasse, interno e externo, que precisa ser rompido.

O Plano Cruzado foi concebido e executado com o objetivo de eliminar a inflação alimentada pela própria inflação. Conteve a especulação financeira e ativou a economia, impulsionada pelo aumento da oferta de emprego e da massa salarial.

O aumento do salário real elevou o consumo, através do aproveitamento da capacidade ociosa, que se alargava com a atração do empresariado pelas vantagens da especulação financeira.

Esse crescimento econômico poderá ser, no entanto, interceptado pela escassez na oferta de energia elétrica, pela incapacidade do setor siderúrgico em atender a demanda resultante do reaquecimento da economia e pela falta dos recursos exigidos pela agricultura.

O rompimento destas restrições físicas ao crescimento exige investimentos consideráveis que, por suas características — longo período de maturação e baixa taxa de retorno — não atraem o capital privado. Este fenômeno obriga o Estado a assumir os encargos de provedor dos serviços essenciais de infra-estrutura e de produtor de insumos básicos. Essa carência é de efeitos mais deletérios no Nordeste brasileiro.

Ora, o Estado brasileiro está submetido a dois constrangimentos inibidores: a) o primeiro, por efeito de uma orquestrada campanha anti-Estado que confunde, deliberadamente, as diversas funções que cabem, numa economia como a nossa, ao Estado desempenhar, como prestador de serviços públicos essenciais de natureza social, como responsável pela infraestrutura econômica básica e como administrador de meios de produção de setores que não atraem capitais privados; b) o segundo, devido a escassez de recursos disponíveis para cumprir suas tarefas básicas, uma vez que a quase totalidade de sua receita é drenada para o pagamento de duas gigantescas dívidas — a interna e a externa, irresponsável e impatriótica herança do regime autoritário.

A necessidade de atender o pagamento das duas dívidas e a necessidade de investir nos setores siderúrgicos e de infra-estrutura determinaram a imposição do empréstimo compulsório. Os recursos arrecadados não foram, entretanto, suficientes para o enfrentamento destas questões. E o governo viu-se obrigado a aumentar, de novo, sua receita mediante elevação da carga fiscal

seguida de ajuste nas tarifas de alguns serviços essenciais sob sua responsabilidade.

O superaquecimento da demanda, acendido pelo aumento do poder de compra da população, impunha o reordenamento do crescimento, na busca do equilíbrio entre a oferta e a procura.

O Plano Cruzado desde seu lançamento, teve a tenoz impatriótica oposição de alguns setores privilegiados, que, ostensiva ou veladamente, a ele criaram dificuldades. Manobras de especulação, a prática do ágio ilegal, a omisão no fornecimento de produtos, os boatos desestabilizadores e as artificiais elevações de juros e serviços foram agressões sérias ao Plano e especialmente ao congelamento dos preços, tão apoiado pela população.

A conjuntura agravou-se com a queda nas reservas cambiais e a redução nas exportações a níveis preocupantes.

Os sacrifícios exigidos da população transferem recursos para o Estado a fim de que o governo disponha dos meios necessários para corrigir a calamitosa situação de endividamento interno e externo em que se debate o País. Pois, em lugar de utilizar o acréscimo de receita na correção dos estrangulamentos físicos apontados — providência indispensável para garantir o crescimento econômico, sem o qual a questão social não terá solução — o governo vê-se obrigado a resgatar títulos da dívida interna e a pagar os juros da dívida externa.

Configura-se, por conseguinte, um impasse que tende a se aprofundar: para crescer, é necessário investir e os recursos são tragados pelas duas dívidas, a interna e a externa; se não há crescimento, aparecerá a recessão e o desemprego com a inflação; se volta a inflação, cai o salário real dos trabalhadores.

Vale dizer, as recentes medidas adotadas, apesar de duras, representam apenas um enfrentamento temporário dos problemas centrais da economia, que voltarão à carga e que requerem um esclarecimento permanente da opinião pública.

É fundamental, portanto, que o País saia do impasse; para o que é indispensável a preservação das liberdades e a retomada, em sua plenitude, do processo democrático. Paralelamente, po-

finidas, e continuam em exame pelo PMDB, entre as quais:

A) tratamento soberano da dívida externa, tendo como parâmetro a necessidade de assegurar uma taxa mínima de crescimento, capaz de garantir a ampliação da massa de salários da oferta de novos empregos, inclusive para atender os jovens que chegam ao mercado de trabalho e os aposentados injustificados no recebimento de seus proventos. A dívida externa é uma questão nacional.

O povo brasileiro tem de estar preparado para enfrentar uma situação difícil e um período prolongado de dura confrontação de interesses. O PMDB reafirma o seu compromisso histórico de lutar até as últimas consequências para preservar os interesses nacionais.

O PMDB reitera o princípio soberano da defesa de sua política nacional de informática.

B) depósito compulsório sobre parte do montante dos títulos públicos em poder dos intermediários financeiros, que vierem a ser resgatados pelo Banco Central, aplicando-se os recursos resultantes no financiamento de projetos prioritários na indústria e na agricultura.

C) reestudo dos critérios para fixação do índice para reajustamento dos salários dos trabalhadores e servidores civis e militares.

d) Aplicação em gastos de alta densidade social de expressiva parcela dos recursos fiscais arrecadados em decorrência das medidas econômicas recentes;

e) Tabelamento dos juros para captação de poupança pelos intermediários financeiros e, consequentemente, para as respectivas aplicações.

A vitória do PMDB, em 22 dos 23 Estados da Federação, pela eleição de governadores, bem como nas Assembleias Legislativas, Câmara Federal e Senado, conquistando cerca de 55% dos constituintes, semelhante triunfo, inédito na história política do País, deve, acima de tudo, ser consagrado aos correligionários e militantes, isto é, a base ativa e aliciadora da legenda da resistência e da mudança.

O PMDB, finalmente, manifesta sua convicção de que o presidente José Sarney prosseguirá no empenho de cumprir os compromissos sociais de seu governo, constantes do programa e das